



Câmara Municipal de Ouro Branco

MOÇÃO DE REPÚDIO

Câmara Municipal de Ouro Branco
Protocolo Geral
Nº 44 Data entrada 29/05/26
Número 11.0 Data saída / /
Delegado Apou
Quapayacid
Assessoria Legislativa

A vereadora Nilma, do Partido dos Trabalhadores (PT), manifesta sua profunda indignação diante das declarações feitas pelo Missionário Juliander Dias Barbosa durante reunião ordinária realizada na cidade de Conselheiro Lafaiete, reafirmando seu compromisso com a defesa das mulheres, da democracia e das políticas públicas de combate à violência doméstica. Destaca, ainda, que nenhum discurso ideológico ou religioso pode se sobrepor ao direito das mulheres à proteção, à dignidade e à vida.

No Brasil, os dados mais recentes apontam que cerca de quatro mulheres são vítimas de feminicídio por dia. Em levantamentos mais amplos, que incluem tentativas e possíveis subnotificações, a média pode chegar a quase seis mulheres assassinadas diariamente. Diante dessa realidade brutal, é inadmissível que autoridades ou figuras públicas utilizem espaços institucionais para atacar políticas de proteção às mulheres.

Enquanto discursos irresponsáveis atacam a Lei Maria da Penha, o Brasil registra uma média de quatro mulheres assassinadas por dia vítimas de feminicídio. Não se combate violência contra homens desmontando políticas de proteção às mulheres.

Chamar a Lei Maria da Penha de ultrapassada em um país onde quatro mulheres são mortas por dia por feminicídio é um ato de profundo desrespeito às vítimas e à realidade da violência doméstica brasileira.”

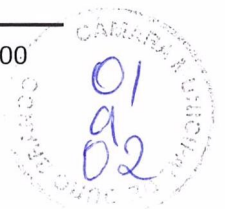
A sociedade civil, cidadãos comprometidos com os direitos humanos, com a democracia e com o combate à violência contra a mulher vêm a público repudiar veementemente as declarações do Missionário Juliander Dias Barbosa.

Ao defender a criação de um suposto “botão do terror” para “proteger os homens” e afirmar que a Lei Maria da Penha seria uma legislação “ultrapassada” responsável por “acabar com a família tradicional brasileira”, o referido pronunciamento ultrapassa os limites do debate político e institucional, mergulhando em um discurso perigoso, irresponsável e ofensivo às milhares de mulheres vítimas de violência doméstica em nosso país.

A Lei Maria da Penha não destrói famílias. Ela protege vidas.

Trata-se de uma das legislações mais importantes do ordenamento jurídico brasileiro no enfrentamento à violência doméstica e ao feminicídio, reconhecida internacionalmente como instrumento fundamental de proteção às mulheres. Atacar essa lei significa relativizar agressões, silenciar vítimas e naturalizar estruturas históricas de violência e opressão.

É inadmissível que agentes públicos ou figuras com influência social utilizem espaços institucionais para disseminar narrativas que desacreditam políticas de





Câmara Municipal de Ouro Branco

proteção às mulheres, especialmente em um país onde mulheres continuam sendo agredidas, perseguidas e assassinadas diariamente dentro de suas próprias casas.

A chamada “família tradicional” jamais pode servir de escudo para justificar violência, submissão ou impunidade. Família se constrói com respeito, dignidade e segurança — nunca com medo.

Repudiamos qualquer tentativa de inverter o papel entre vítima e agressor, bem como discursos populistas que estimulam desinformação e hostilidade contra mecanismos legais de proteção às mulheres.

Conselheiro Lafaiete merece debates públicos sérios, responsáveis e compatíveis com os princípios constitucionais da dignidade humana, da igualdade e da proteção à vida.

Não aceitaremos retrocessos.

Toda solidariedade às mulheres vítimas de violência doméstica e a todos que lutam diariamente por uma sociedade mais justa, segura e igualitária.

Atenciosamente,

Nilma Aparecida
Silva

Assinado de forma digital por
Nilma Aparecida Silva
Dados: 2026.05.28 12:39:17 -03'00'

Nilma Aparecida Silva

Vereadora

